

**Relato do XIII SIGA (Seminário para Interação em Gestão Ambiental) – “Nós e as Florestas”,
ocorrido nos dias 20 e 21 de agosto de 2016.**

O relato aqui apresentado, não é apenas sobre o acompanhamento do evento, mas também de como foi participar de toda a organização dele, desde a proposta dos temas a serem abordados, até a realização do evento final.

Uma coisa que achei bem interessante neste evento é o fato de que ele é totalmente pensado por estudantes da graduação, e alguns egressos do curso de Gestão Ambiental, contando apenas com um coordenador docente para que os rumos tomados permaneçam firmes até o final do evento, e também para os mais diversos conselhos e referências. Quando fui convidada para fazer parte da Comissão organizadora deste evento, achei bem interessante a preocupação que o grupo tinha em fazer com que as pessoas vissem que o SIGA não é um evento apenas para a Gestão Ambiental, mas para todas as pessoas que tem não só o interesse com a parte ambiental e toda a sua gestão em nosso mundo, mas também a todos os preocupados com as questões socioambientais que gerem nosso planeta. E foi aí que me tornei a primeira estudante de um curso que não a gestão ambiental a integrar a comissão de organização do SIGA. Neste ano com o tema “Nós e as Florestas”, buscamos trazer todas as questões sociais, econômicas e ambientais que envolvem as florestas. Trazendo palestrantes com as mais diferentes visões e tipos de estudos na área.

Com a nossa programação dividida em 3 painéis, abaixo seguem os principais pontos abordados em cada uma das palestras que fizeram parte da composição dos mesmos:

Palestra 1: O Panorama do Desmatamento no Brasil e no Mundo

Palestrante: Phillip Fearnside

O desmatamento de florestas tropicais no globo é devido a diversos fatores, destacando-se entre eles atividades como pastagem e agricultura. A Amazônia no Brasil se destaca pela sua alta proporção de floresta remanescente em relação às demais áreas, tanto quanto pela sua extensão. O desmatamento deve ser relacionado com as mudanças climáticas, a redução da biodiversidade e do estoque de carbono local. E para fazer esta ligação foram apresentados cenários até o ano de 2050 que mostram a emissão de CO₂ pelo desmatamento, além do impacto das correntes de deslocamento de umidade no regime chuvoso na América do sul.

A situação do mercado de commodities e das políticas econômicas agrícolas possui uma forte relação com as taxas de desmatamento. Por exemplo, a redução de preços das commodities e a abertura de linhas de financiamento do Banco Central condicionadas a ficha limpa no IBAMA.

A ampliação da malha viária, como da BR 319 e BR 163, também é um outro fator interno de expansão do agrodessmatamento. Além de que o preço pago pela madeira e a ocupação fundiária da Amazônia, facilitam em suma a atividade de extração madeireira.

Os conflitos sociais entre defensores das florestas e fazendeiros locais também vem integrando um contexto complexo no controle do desmatamento, como a exemplo da morte de Dorothy Stang.

A retirada de madeira ainda ocorre mesmo após a criação de Unidades de Conservação, conforme registros do Instituto Socioambiental (ISA). Um ponto bastante importante a ser citado é o fator do desmatamento como é tratado no controverso atual Código Florestal, apresentado na Câmara dos Deputados para alteração em 2011, com alteração nas áreas desmatadas, sobretudo quanto à redução de APPs. Em contraponto, diversas mudanças legislativas estão sendo tomadas para "melhoria da situação econômica" do país, como a PEC 65/2012 e a alteração no Código de Mineração. Em conclusão, o principal aspecto da floresta é a manutenção da biodiversidade e dos serviços prestados por ela.

Palestra 2: Os conflitos das florestas: expansão da fronteira agrícola e a demarcação das terras indígenas no Brasil

Palestrante: Alexandra Freitas

O desmatamento no Brasil historicamente ocorre desde seu descobrimento com a exploração do pau-brasil, iniciando o contato do homem branco com os índios e criando conflitos em duas esferas: da cultura/cosmologia e da relação do índio com Estado brasileiro. A fronteira agrícola é onde começa o processo de alteração deste espaço com uma frente de desmatamento das florestas, seguida pela frente de expansão agrícola e pela frente pioneira, que se estabelece no uso e ocupação do espaço.

A fronteira agrícola e urbana avançou do litoral brasileiro e, a partir da metade do século XX adentrou também o cerrado e se estabeleceu na caatinga, na região conhecida como MATOPIBA (abrangendo estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde atualmente há o cultivo de soja. A ocupação do solo tem direta relação com a agricultura e o transporte, influenciados por políticas governamentais. E as políticas públicas em relação aos indígenas tinham foco apenas em processos civilizatórios, ou seja, na retirada da cultura existente, da comunidade local e olhando para os índios como se esses fossem submissos.

A Constituição de 1988 veio para romper com essa visão, reconhecendo o direito à manutenção da cultura, dos costumes e das terras como direito originário dos indígenas. O número de áreas demarcadas, com ela se elevou, sobretudo entre anos 1990 e 2002 (os governos Collor e FHC), sendo realizada pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Neste período houveram 467 terras regularizadas, o que abrange uma área de 12% do território nacional, sendo que 98% das áreas delimitadas estão localizadas na Amazônia Legal. Algumas destas áreas foram criadas em locais onde não há recursos para subsistência dos povos. As políticas governamentais, como o caso da PEC 235, PL 1610 e PEC 125, transferem para o Executivo o poder de extinguir, ampliar e reduzir áreas demarcadas, afetando diretamente a área passiva de desmatamento na Amazônia.

As políticas públicas interferem diretamente do processo de desmatamento, causando impactos globais, sendo importante a implantação de políticas que contribuam para o fortalecimento das populações indígenas e a utilização do diálogo para solucionar os conflitos socioambientais dentro dessa temática.

Palestra 3: O Desmatamento Histórico e o Futuro do Cerrado

Palestrante: Raoni Rajão

As metas climáticas estabelecidas pela Política Nacional de Mudanças Climáticas (2008), que são: desmatamento ilegal zero e líquido até 2015; redução de 80% do desmatamento na Amazônia em relação a 1996 – 2005; 40% do desmatamento no Cerrado em relação a 1999 – 2008.

Para atingir as metas de emissões estabelecidas, no contexto da Amazônia, o Brasil precisa somente manter a queda de desmatamento atual, sem considerar o aumento das emissões de energias derivadas do petróleo. Enquanto que no caso do Cerrado, será necessário reduzir a taxa de desmatamento. A taxa de desmatamento proposto para a Amazônia em 2020 está muito próxima de ser alcançada (5mil Km²/ano), considerando somente o corte raso, sem levar em conta a degradação de áreas já desmatadas passíveis de recuperação. Alguns estudos mostram que a maiores restrições na Amazônia podem ter elevado o desmatamento no Cerrado. A meta de 8,5 mil km²/ano no Cerrado já foi alcançada conforme dados do IBAMA, porém, outros estudos apontam que a meta para manutenção do bioma e alcance dos índices de emissões máximas desejadas deveria ser em torno de 1 mil km²/ano.

O desmatamento legal, conforme a lei florestal, está gerando resultados na Amazônia, contudo, no Cerrado, a área reduzida legalmente à preservação dificulta a proteção das áreas. Como por exemplo, em áreas regularizadas por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) o desmatamento foi de 69%, enquanto o desmatamento ilegal no bioma foi de 15%.

Houve uma anistia do desmatamento, definido pela nova lei, onde propriedades que haviam desmatado até 2008 não precisarão recompensar, perdendo 58% das áreas de mata que poderiam ser revitalizadas. Existe uma forte necessidade de intervenção, pois o desmatamento no Cerrado aumentou nos últimos anos. Como estratégias sugeridas para redução do

desmatamento no bioma são colocadas: fim do desmatamento ilegal; Compensação de reserva legal, o Pagamento por serviços ambientais, e o próprio ativismo ambiental para motivar a criação e mudança de leis.

Palestra 4: Uso Sustentável com estratégia para Conservação da Biodiversidade

Palestrante: Roberto Palmieri

Existem diversos produtos que são advindos da biodiversidade das florestas, que podem gerar degradação ou preservação conforme sua forma de industrialização. Nas terras indígenas e quilombolas protegidas no território da Amazônia existem espaços para o uso sustentável, onde há extração de itens com gestão controlada. Mas a fiscalização atuando na forma de ferramenta de proteção na Amazônia, é limitada, visto sua extensão de 7 milhões de ha do território nacional.

Na ocupação de áreas, os rios foram utilizados como vetor de deslocamento, tanto pelas populações tradicionais como também por grileiros, madeireiros, etc. Muitas vezes os habitantes locais são remunerados para serem guias até os recursos que serão explorados, pois muitas vezes não percebem o valor e escassez de recursos na região. Estimando-se que haja mais de 1 milhão de pessoas vivendo em área de proteção indígena. Os projetos desenvolvidos pelo Imaflores são exemplos de vetores de preservação, criando uma rede de ação, como exemplo do projeto "Florestas de Valor", implantado na Calha Norte, São Félix do Xingu e Terra do Meio, onde a opção extrativista gera uma fonte de renda para as comunidades locais.

O projeto buscou eliminar os intermediários na cadeia na negociação entre as comunidades e as empresas, além de buscar a produção sob os princípios agroecológicos e que o produto reflita seu real valor. O projeto busca: a valorização do extrativismo como fonte de renda das comunidades locais; a adequação do preço do produto, de maneira atrativa e justa, tanto para o produtor quanto para as empresas; estabelecer contato entre a empresa e o extrativista; e também melhorar a cadeia de valor, ajustando processos para aumento da qualidade das matérias primas. Trazer produtos advindos da biodiversidade com certificação pode contribuir para a redução do desmatamento, tanto quanto o uso do selo "Origens Brasil", que é uma tecnologia que mostra dados de origem do produto, do processo produtivo e de manufatura, gerando rastreabilidade do mesmo.

Palestra 5: O CAR após 5 de maio: O que acontece agora?

Palestrante: Maria José Zakia

O CAR foi instituído pela nova Lei Florestal, e teve como objetivo a regularização legal de propriedades rurais. Este é auto declaratório e específico para cada área, onde o proprietário

pode desenhar a APP, a RL e a área de uso de sua propriedade, visando criar uma base de dados de abrangência nacional. Ele consiste em um instrumento de ordenamento territorial, ou seja, um instrumento de gestão, trazendo obrigações para o estado e para o proprietário. Pela primeira vez existem unidades de regularização em nível de micro bacias, tanto em escala estadual quanto nacional.

A necessidade da manutenção de uma área florestada na propriedade privada se iniciou historicamente com o objetivo de garantir a disponibilidade do recurso madeireiro, principalmente para a fabricação de dormentes para ferrovias. Na década de 80 estudos discutiam qual seria a medida mínima de área florestada para a preservação dos rios e nascentes, originando as APPs. Porém, com o surgimento da ecologia da paisagem, constatou-se que a floresta nas propriedades privadas é fundamental para a preservação da biodiversidade, devido as relações fauna e flora. Desta maneira surgiu a “reserva legal” nos anos 2.000, por meio de medida provisória, regulamentada em 2008. O Decreto de 22/07/2008 do presidente da república, quanto a leis dos crimes ambientais, gerou pressão por parte da bancada ruralista para uma reforma do Código Florestal. A nova Lei Florestal tentou conciliar duas visões antagônicas: o direito adquirido, reconhecendo os processos históricos, e a conservação da natureza, gerando assim a ideia do CAR.

No estado de São Paulo existem cerca de 280.000 imóveis, sendo que 97% dos produtores já estão cadastrados. Porém, esta meta já estava atingida em 05/05/2016, data limite para cadastro, que mesmo assim foi prorrogada. A regularização da propriedade segue as seguintes etapas: 1) Inscrição no SICAR; 2) Análise pela Secretaria do Meio Ambiente do estado; 3) Realização do PRA para imóveis irregulares; 4) Cumprimento do PRA (com memorial descritivo da RL); 5) Análise da SMA dos cumprimentos estabelecidos no PRA; 6) Análise da SMA da situação do imóvel; e 7) Homologação do imóvel regularizado.

Palestra 6: Uso de tecnologias para conservação florestal na ilha de Bournéu

Palestrante: Matheus Nunes

Segundo Bhaskar Vira algumas das ameaças e importância das plantas são:

- O ato de plantar árvores auxilia redução de eventos climáticos extremos aliando a atividades de agricultura e bom uso do solo.

- 1 a cada 6 pessoas dependem diretamente de florestas para produção de comida e cerca de 2.600 espécies de árvores são de utilidade humana.

- Florestas são essenciais para bem-estar humano, e a mudança de alimentação para hábitos atuais está reduzindo capacidade humana de “desenvolvimento pessoal”, porém os alimentos de origem florestal podem inverter esta redução da capacidade.

- A cada 5 espécies de plantas, 1 está ameaçada de extinção.

Para compreender mudanças climáticas e uso do solo, precisamos ter estudos de características dessas plantas como composição, arquitetura, altura, produtividade, influência em polinização, gasto energético, atrativos a fauna, etc. Entendendo esses fatores poderá se compreender o uso da floresta e suas reações/interações.

Essas relações entre mata e ambiente local podem ser compreendidas na floresta de Bournéu, que apresenta diversas interações como a ocorrida entre espécies vegetais que buscando evitar a herbívora desenvolveram capacidade de produzir fenóis em suas folhas e ramos. Dentre ações realizadas no estudo, se observou a produção de óleo de palma utilizada em indústrias alimentícias, têxteis, dentre outras, onde 85% da produção mundial provem de Bournéu. Com a procura e produção da palma há uma pressão para o desmatamento das matas, o que elevou os níveis de emissão de carbono da região da Malásia e Indonésia, pois o desmatamento seguido da queima é o meio como é realizado o preparo do solo para produção da palma atualmente na região.

Para aprofundar o estudo, sobrevoou a área com avião equipado com dois sensores: Lidar e Espectrômetro

- Lidar: buscou avaliar a altura e formação da floresta, transformando em dados de biomassa da floresta e, conseqüentemente, identificar áreas de floresta impactada negativamente e não impactada.

- Espectroscopia: mostra a reflectância das folhas em áreas imensas, contudo precisa haver correto processo de calibração do sensor. No estudo, os dados capturados puderam oferecer a quantidade de água na folha (estresse hídrico), crescimento da folha, capacidade de defesa das espécies (pela lignina da folha), dentre outros dados. Com base em informações químicas obtidas pelo espectrômetro, consegue-se observar cerca de 90% das espécies presentes no solo. Com os dados dos voos, há possibilidade também de ver tipos de árvores, reconhecendo as diferentes espécies devido a composição de suas folhas.

Palestra 7: Os impactos de Mariana/MG

Palestrante: Hideraldo Buch

Hideraldo trouxe em sua palestra principalmente os dados que se seguem:

O lamentável crime ambiental que ocorreu em 05/11/15, relacionado ao rompimento da Barragem do Fundão próximo povoado de Bento Rodrigues, no rio Galaxo (que desagua no Rio Doce), gerou impactos ainda incalculáveis com o lançamento de mais de 62 milhões de m³ de rejeitos. Foram computadas 17 mortes, sendo que 2 pessoas ainda estão desaparecidas e há 328 famílias desabrigadas. Além dos impactos causados nos rios Santo Antônio e Piracicaba,

após 17 dias do desastre, foi destruído o banco de areia natural que dividia a foz rio Doce com o mar, impactando, segundo estudos, até Abrolhos e causando a inutilidade de muitas praias.

Foi realizado imediatamente o fechamento das atividades na Barragem do Fundão, e na mesma semana do desastre, foi feito um pedido do MP com a interdição da Barragem de Germano. Também foi movida uma ação civil pública pelo Governo Federal, Governo de MG e Governo do ES contra a Samarco, Vale e BHP, exigindo R\$20 bilhões para a recuperação, mitigação e compensação aos danos causados. Também foi assinado um TAC em 02/03/2016, criando um Comitês Inter federativos para gestão do assunto, com representantes do governo e um representante do CBH – Doce, sendo realizada somente uma reunião até o momento. O TAC também destinou 2 bilhões de investimentos prevendo programas de recuperação da área de APP durante 10 anos. O STF suspendeu o TAC em 01/07/16, devido à ausência de clareza de quem irá gerenciar o recurso para investimento e o impasse de quem ficará os recursos para aplicação.

Algumas ações emergenciais foram realizadas pelos órgãos ambientais, dentre elas o trabalho de criação de diques de contenção em Bento Rodrigues e a realização da fiscalização das barragens, sendo que estas estão interditadas até hoje. No dia 19/08/16 foi suspenso o pedido de licenciamento para reabertura da operação da mineradora, por pedido do MP Estadual, enquanto não houver reforços estruturais nas barragens existentes e ocorrer a revegetação prevista. Conforme exposto no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográfica (ENCOB), em agosto/2016 com o slogan “O rio não morreu”, mostrando a busca para recuperação, além de ressaltar a importância de conservação e proteção dos recursos hídricos.

Palestra 8: Iniciativas Privadas: As RPPNs na Defesa Ambiental

Palestrante: Antonio Carlos Carioba

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) são reservas particulares que apresentam algumas atividades internas, contudo tem como princípio a preservação da mata. A RPPN Amadeu Botelho se originou de uma fazenda que desenvolvia principal atividade o cultivo de café, e foi transferida para os parentes da família de Antônio Carioba. Localizada próximo à cidade de Jaú, é limitada pelas margens do córrego Santo Antônio e o Rio Jaú. A criação da RPPN foi motivada pela preocupação dos proprietários dos locais com possível forças que queriam o uso da área, o que levou os proprietários a pesquisarem meios de manejo e proteção de áreas particulares. Desta forma, em 1999/2000, foi requerido ao IBAMA o pedido da RPPN, sendo aprovado em 2000.

Ressalta-se a diversidade de culturas agrícolas desenvolvidas dentro da propriedade, como café, laranja, milho, entre outras, que coexistem junto a mata. Assim como o desenvolvimento de projetos, dentre eles, um Projeto de Educação Ambiental iniciado em 1998, e o programa de microbacias hidrográficas em parceria com a CATI/SAA em trechos de rios e recuperação de matas ciliares junto a SMA nos anos de 2008 e 2010. Também se ressalta a existência de um banco genético da área, com a possibilidade de replicação em outras florestas e fragmentos da região. Além disso a RPPN é um refúgio da fauna local, com possibilidade de fazer conexão entre fragmentos para proporcionar a circulação da fauna.

O plano de manejo para a RPPN foi aprovado em 2013 provindo de um edital do ICMBio, o qual foi base para solicitações para projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), via SMA/Fundação Florestal. O PSA é uma iniciativa a ser desenvolvida no estado de São Paulo onde, das cerca de 80 RPPN estabelecidas 11 delas apresentam o PSA implantado ou em implantação. Os recursos do PSA estão vinculados ao cumprimento das atividades do plano de manejo, o qual é fiscalizado anualmente. Dentre os itens a serem cumpridos estão a brigada de incêndio, sinalização, aceiros para evitar incêndios, colocar cercas em locais com pastagens, fiscalização e rondas no local, e estudos da fauna e espécies invasoras.

Palestra 9: Sistemas agroflorestais, Reabilitação de áreas degradadas e segurança alimentar: experiências da Amazônia.

Palestrante: Daniel Braga

Sistemas Agroflorestais (SAF), é uma forma de uso da terra e dos recursos naturais onde as espécies são utilizadas em sucessão com cultivos agrícolas ou animais numa mesma área em sequência simultânea ou em sequência temporal no meio rural. Eles são heterogêneos, pois sua implantação depende de condições de solo e clima e das condições culturais dos habitantes, pois há mudanças baseadas no manejo de cada produtor. Para se implementar um SAF deve se pensar em um sistema a médio e longo prazo, este sistema está na contraposição à agricultura convencional, ao qual há uma simplificação, reduzindo as dinâmicas florestais, enquanto o sistema agroflorestal existe que se busque compreender a dinâmica florestal e sua complexidade, com objetivo aos processos sucessionais;

Para introduzir a tema segurança alimentar, citou que não adianta só pensar em suprir todos com suprimentos básicos da alimentação, pois o conceito está baseado na visão de como há o acesso à comida. Para a visão da população urbana, está relacionada a capacidade de comprar alimento. Do outro lado, para os produtores, a segurança está relacionada à capacidade de produzir. Quando se pensa em capacidade de produção em ambiente amazônico, não pode se pensar somente a diversidade biológica, mas também sociocultural, da região e de seu povo.

Os mapas de uso do solo no ambiente amazônico, indicam como o uso em áreas de população local é diferente dos usos em áreas de expansão, o que mostra que o modelo de produção convencional de alimentos acaba relacionando a segurança alimentar com o desmatamento;

Os quintais florestais são construídos como SAFs, porém que estão alocados dentro das residências, com cultivo de espécies alimentícias e medicinais, sendo em muitos locais planejados anteriormente a construção da própria casa. Apresentam tamanho em área urbana de 50-200 m², enquanto na rural entre 500-2.500 m². Assim como relata-se em média presença de 8 à 20 diferentes espécies, podendo chegar a mais de 40 espécies em área rural, assim como a presença de espécies de aves e demais animais domésticos.

Alguns benefícios da implantação de quintais florestais, dentre eles, são a conexão do meio urbano com meio rural, tratamento terapêutico/medicinal, fortalecimento das relações sociais, perpetuação da cultura, conforto ambiental e conservação da agrobiodiversidade. A reabilitação de áreas degradadas se refere a melhoria das condições ambientais do sistema sem necessariamente retornar as condições pré-distúrbio. Braga ressalta a diferença entre restauração e reabilitação, pois restauração quer colocar o local em sua origem natural, enquanto a reabilitação tem atividades que utilizam a área para produção.

Como vários exemplos relatados sobre os temas, destaca o projeto das aldeias indígenas, em Tarauacá (AC) iniciado em 2005 com quintais florestais, onde foi replantado este meio de produção para própria segurança alimentar da aldeia e uso e produção da palha que é utilizada na construção de suas casas. A implantação de produção de quintais também levou a pensar em cultivo de espécies necessárias a seu modo de vida, com uso madeireiro e da palha, esta última pensando em longo prazo pois ainda não está produzindo por ser espécie de ciclo mais longo.

Palestra 10: As Relações Sociais com as Matas.

Palestrante: Philippe Waldhoff

Dentro das ciências sociais, não existe o conteúdo sobre a sociologia florestal, no máximo há relatos na sociologia rural, que está relacionado ao compreensão e dinâmica do convívio das populações com as dinâmicas florestais. Porém a simbologia da árvore (o que ela representa para o homem) está próximo da representação do divino e das forças criadoras da vida universal, sendo principais representações a árvore cósmica, árvore da vida e árvore do conhecimento.

Há espécies de árvores que representam símbolos religiosos. Na África, por exemplo, há a representação do baobá; assim como são muito respeitadas as cerejeiras no Japão, ou a Sumaúma no Brasil. O que mostra a ligação religiosa e mitiga de populações com árvores. Além

disso, as árvores são fontes essenciais de recursos aos seres humanos. Mais de 300 milhões de pessoas dependem de produtos florestais, 50% da população mundial depende de carvão para cozinhar, etc. As árvores estão presentes em na cultura brasileira do berço ao túmulo, literalmente, pois nossos berços são de madeira, assim como os caixões.

Com a chegada dos portugueses para o Brasil também mudou a visão do uso das matas e sua relação. A relação das árvores e índios e o conhecimento deste sobre o pau brasil proporcionou uma revolução para sociedades que aqui estavam, com extração e extinção da espécie da costa brasileira. Essa relação de desmatamento dada pelo machado e índio ainda é reproduzido nos dias atuais por meio da motosserra e caminhões na floresta Amazônia e demais biomas. A sensibilização com relação às áreas florestais e seus recursos ambientais leva a necessidade de criação de áreas de preservação e áreas protegidas, que são onde estão presentes populações em florestas tropicais que, por precisarem dos seus recursos para manter sua cultura, são as que querem preservar os recursos.

Há um equívoco das pessoas que acham que população local destrói o ambiente, mas o uso dos recursos floresta para sua rotina mostra outra realidade, mais próxima do convívio equilibrado e preocupado com a manutenção e fornecimento dos recursos ao longo do tempo. Exemplos desta relação estão em atividades extrativistas no Acre e Amazonas, como no caso da seringueira e a luta para a manutenção da floresta por pessoas que realizam essas atividades. Desta luta surgem pessoas como Marina Silva, Chico Mendes, etc. Para concluir, este mostrou que mesmo com os índices de preocupação aumentando e os índices de desmatamento diminuindo, ainda estamos ficando sem florestas. Então é necessário repensar nossa relação com as florestas, rever nossos conceitos em busca de elevar nossa atuação e respeitar os espaços e a saúde dos ecossistemas em que elas estão presentes.

Palestrante 11: Recuperação (em área) da Cobertura Florestal Nativa nas Últimas Décadas no Estado de SP.

Palestrante: Juliana Farinaci

Introduziu a teoria da transição florestal, que trata de entender processos de melhora ambiental, como eles acontecem, e como reforça-los. Proposta por um geógrafo escocês, mostra que há aumento na preocupação com o reflorestamento e recuperação florestal e com o aumento na cobertura vegetal. Os resultados apresentados na palestra foram frutos de trabalho que utilizou dados de geoprocessamento e entrevistas na em 6 microbacias do estado de São Paulo, para fazer avaliação qualitativa e quantitativa. Ressaltando-se que o estudo continua a ser avaliado pela estudante Adriane Calaboni.

Nos seis municípios selecionados, foi observado SIG para 1:10.000, onde foram gerados mapas de desmatamento/reflorestamento/floresta. Esses dados recolhidos do LUPA/CATI e IBGE mostram um aumento da cobertura vegetal. Para maior detalhamento, foram separados dados conforme declividade para conseguir observar vertentes de desmatamento. Assim, vertentes sul e floresta antiga mostram maiores desmatamento ao longo de 30 anos, porém também são onde as matas se recuperam com maior facilidade devido a resiliência do local.

Em São Luiz do Paraitinga foi observado que a bacia mais próxima ao parque teve redução na área, porém ocorreu um aumento na floresta madura e redução da área secundária. Já na microbacia do Turvinho, houve aumento do número da mata, mas houve uma redução no número de áreas com florestas estabelecidas, isso mostra a importância de ver a qualidade da mata presente no local. Com as entrevistas, foram gerados mapas com as localizações dos entrevistados e a distância deles de áreas de conservação e demais fatores que estão presentes na paisagem e são difíceis de medir. Contudo, percebe relações positivas e negativas conforme relação às florestas nas propriedades, relacionados a valores de conservação éticos e estéticos da recuperação e presença de florestas.

A incidência do SAF em áreas florestais particulares indica a separação da paisagem em espaços de produção e espaços de conservação, conforme Pedro Silveira que fala que esses espaços híbridos não desempenham corretamente essas funções. Contudo Juliana questiona se não são estes espaços que podem estar cumprindo ambos processos.

Para sua conclusão esta inseriu que, com base em discussões em contexto nacional, estadual e das regiões estudadas, pode-se observar a globalização e políticas florestais, com abordagem entre a transição florestal com uma visão inclusiva onde haja inclusão também dos cenários híbridos.

Vendo as palestras e o conteúdo das mesmas é possível notar que a edição deste ano do SIGA gostaria que as pessoas parassem um pouco para pensar nos rumos que vem sendo tomados com relação as nossas florestas, e o quanto de tecnologia vem sendo aplicado para o conhecimento e estudo mais aprofundado destas. E isto foi atingido visto as opiniões dos participantes ao final o evento.

Neste ano a Comissão Organizadora do SIGA realizou uma parceria oficial com a organização britânica World Merit, por meio de uma participante da comissão, a gestora ambiental Cláudia Maria Coleoni, e com isso o evento teve a missão de disseminar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que visa o empoderamento da juventude e pioneirismo da mesma em causas ambientais. O foco no evento foi no décimo quinto ODS, "Vida

sobre a Terra”, que tem como meta proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, que hoje vem sendo cada dia mais degradados.

O que acontece é que em tempos passados, tinha-se a ideia de que os recursos advindos das florestas eram recursos inesgotáveis, e que não tinham ligações diretas com problemas climáticos, como o aquecimento global por exemplo, mas hoje, tudo isso está caindo por terra. Os recursos florestais são esgotáveis sim, e se o manejo que estamos levando continuar vamos perder esse rico ecossistema que é um dos mais importantes em nosso planeta, sendo responsável pela manutenção do gás carbônico no espaço, da sustentação da camada de ozônio, por prover fatores básicos a sobrevivência humana e também por cuidar e dar vida aos nossos recursos hídricos. Sendo assim, merecendo todo o respeito e cuidado possível, cuidado esse que populações nativas brasileiras, como os indígenas cultivavam desde o primórdio de sua existência e que o homem capitalista vem destruir.

Como participantes deste planeta e principalmente deste país, nós temos o dever de questionar nossa política ambiental, questionar e exigir medidas que visem não o lucro, mas a conservação deste bem que é indispensável para a vida humana. Estou falando que o Código Florestal, leis de licenciamento ambiental e todas as suas PECs precisam ser todos revistos e passarem por uma minuciosa e responsável averiguação, e mudança profunda em nosso comportamento perante a este cenário que estamos vivendo, de total falta de respeito para com as nossas matas, para com as nossas vidas.

O SIGA foi parte do World Merit Day, e todas as discussões realizadas dentro do evento foram levadas pela Cláudia ao evento World Merit 360, que reuniu 360 jovens de todo o planeta para uma profunda discussão sobre os ODS na sede da ONU, em Nova York – Estados Unidos. E devido a isso, foi passado um criterioso questionário para os participantes colocarem todas as suas opiniões pessoais sobre a parte ambiental em nosso país e no mundo.

Nós devemos estar sempre atentos as legislações e políticas em cima das florestas, para que falemos por uma população que não pode falar, as florestais. Devemos ser guardiões destas que nos proporcionam a vida de uma forma tão humilde que passa despercebido por nós. Devemos estar sempre atentos ao como nossos dirigentes estão levando as questões ambientais e as leis que vem protegendo esta área, para que não deixemos passar nenhum fato que não vise a proteção do nosso ambiente.

“Somente quando for cortada a última árvore, poluído o último rio, pescado o último peixe, é que o homem vai perceber que não pode comer dinheiro!” – Greenpeace.